



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Financiamento.

## O PACTO SOCIAL DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E O APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA: REFLEXÕES A LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Gabriele Ponciano da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apontar alguns dos principais elementos que constituem a teoria marxista da dependência, considerando o seu significado na compreensão da particularidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina, sobretudo os impactos desse processo na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** Teoria marxista da dependência; Modo de Produção Capitalista; América Latina.

**Abstract:** This paper aims at pointing out some of the main elements that constitute the Marxist theory of dependence, considering its significance in understanding the particularity of the development of the capitalist mode of production in Latin America, especially the impacts of this process in contemporary times.

**Key words:** Marxist theory of dependence; Mode of Capitalist Production; Latin America.

### 1. NOTAS SOBRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência nos permite compreender o lugar que, historicamente, os países latino-americanos ocupam no processo de desenvolvimento, consolidação e sustentação do modo de produção capitalista em suas fases. Essa constatação é fundamental para avançarmos em uma crítica que considere a peculiaridade dos processos que imperam nesse território, principalmente para romper com análises que tentam, ao longo da história, nivelar a realidade da América Latina aos países de capitalismo tardio. Nessa direção Rui Mauro Marine nos diz:

[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações. Não é acidental, portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré-capitalismo". O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINE, 1973, p.2).

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: gabriele.ponciano@gmail.com.

Posto isso, podemos dizer que a condição histórica da América Latina, não é acidental, mas possui uma racionalidade concreta e determinante para o capital. Identificamos como base desse processo a tomada desse território pelos europeus e na consolidação das colônias, culminando no período do Colonialismo. Consideramos, ainda, que esse processo vem se resignificando ao longo da história, no entanto, as bases se encontram a partir desse momento, implicando no aprofundamento de suas contradições históricas.

Considerando que nunca houve uma ruptura, mas sim um aproveitamento/aprofundamento das bases já estabelecidas no período colonial, destacamos a partir de Marini o significado da América Latina no processo de consolidação da grande indústria moderna, isso vai nos possibilitar, ao longo do texto, aproximar dos aspectos da dependência na contemporaneidade, assim, ao tratar dos pilares da grande indústria moderna, Marini afirma o seguinte:

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado em novo estágio. (MARINI, 1973, p. 4).

O trecho acima nos explicita o significado da América Latina no desenvolvimento da grande indústria moderna, que se consolidou nitidamente pela vinculação direta com o território latino-americano. Cabe destacarmos que esse processo necessita de um mecanismo concreto para se efetivar, que está vinculado à forma em que se estrutura o modo de produção capitalista nos países dependentes, mas especificamente ligado à extração da força de trabalho. Quanto a essa questão Marini nos alude:

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINE, 1973, p. 5)

Nesse sentido, a sustentação do modo de produção capitalista nos países de capitalismo tardio, só é possível a partir da superexploração da força de trabalho nos países dependentes, tendo esta um caráter estrutural na dinâmica de produção desses países fundamental para o desenvolvimento do capital em escala mundial. Segundo Marini a superexploração da força de trabalho consiste em três mecanismos, que são:

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINE, 1973, p.11)

Cabe destacarmos que a superexploração da força de trabalho nos países dependentes se configura a partir da troca desigual entre os países dependentes e os países de capitalismo tardio, é importante salientar que este é um aspecto que é inerente à relação econômica entre tais países. Nos termos de Marini; “o efeito da troca desigual é — à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação — o de exacerbar esse afã por lucro e aguçá-lo, portanto os métodos de extração de trabalho excedente”. Ou seja, a superexploração de trabalho na América Latina é uma resposta concreta à troca desigual.

## **2. O PACTO SOCIAL DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E O APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA**

Apresentados sucintamente alguns dos elementos que constituem a teoria marxista da dependência, seguimos nossas reflexões aos aspectos contemporâneos, que nos

permitem identificar sua atualidade, avançando nossa leitura da realidade no estágio atual do modo de produção capitalista, nomeado como da financeirização. Vamos considerar esse momento, a partir da experiência do Brasil, um país de economia dependente e que nas últimas décadas, tem vivenciado as expressões das atuais relações estabelecidas nesse estágio do capitalismo.

O atual estágio da economia mundial tem suas bases no fim de um significativo ciclo do capital, mas conhecido como “anos dourados”, o mesmo tem seu início no pós-guerra e se estende até a década de 1970, apresentando nesse período os indícios de esgotamento que culminou em uma crise de escala mundial, com efeitos visíveis até os dias atuais. O marco do esgotamento dos “anos dourados” do capital está na superprodução concomitante à queda da taxa de lucro. Cabe destacar que para tais efeitos se acionam contratendências a fim de enfrentá-los e, a partir da tradição marxista e marxiana, Mauro Iasi nos apresenta uma síntese dessas contratendências, as quais sejam:

a) A intensificação da exploração da força de trabalho, ou seja, todos os meios que permitiriam extrair mais valor do consumo da força de trabalho, aumentando a jornada ou intensificando o trabalho; b) A redução dos salários de maneira a compensar a queda da taxa de lucro com um aumento da mais valia. Aqui operam desde as formas diretas até formas mais sutis e muito eficientes de utilização funcional de discriminações como as de gênero, as de etnia, as relativas às regionalidades ou outras para pagar menos a um ser humano do que a outro; c) Formação de uma superpopulação relativa, literalmente dispor ao capital mais força de trabalho do que aquela que ele de fato irá usar forçando os níveis salariais para baixo; d) Barateamento dos elementos do capital constante tais como novas matérias primas, insumos diversos, o custo dos elementos estruturais necessários à produção (energia, custo da construção civil, rede de transportes, custo de maquinário, etc.); e) Ampliação do mercado externo que é visto por Marx neste momento como apenas a ampliação de mercados para os produtos de uma economia em superprodução, ou para controlar mercados fornecedores de matérias primas. Com a passagem dos monopólios ao imperialismo (LÊNIN, 1976) esta contratendência assume uma dimensão fundamental naquilo que se denominou “exportação de capitais” que levaria a constante partilha e repartilha do planeta pelos monopólios e, depois, as nações que os representam, levando à guerra como forma incontornável desta fase superior do capitalismo; f) Aumento do capital portador de juros, a aplicação do capital em mercados financeiros, títulos de bancos e do tesouro público, ações e outros meios através dos quais as taxas de juros poderiam compensar a queda nas taxas de lucro levando ao que Marx denominava de autonomização da esfera bancária (IASI, 2009, p.37).

Chamamos a atenção a essas contratendências por evidenciarmos a sua intensificação em períodos de crise do capital, pois a partir da década de 1970 é expressiva a tentativa de superar a crise através desse mecanismo, que é inerente ao desenvolvimento do capital. É nas últimas décadas que se evidencia a reestruturação produtiva, marcada principalmente pela flexibilização do trabalho, mediante retirada brutal de direitos trabalhistas, o que possibilita a intensificação da exploração da força de trabalho, bem como a redução de salário e aumento do desemprego. Concomitante a esse processo temos a financeirização da economia, orquestrada pela relação direta do Estado com o mercado.

Nesse ponto, é importante enfatizarmos o significado da esfera estatal no acionamento de tais contratendências, que sem a intervenção direta do Estado não seria possível.

Quanto à superação da crise, a partir da recuperação da taxa de lucro, possível nos “anos dourados” do capital, constatamos que os níveis de crescimento e estabilidade alcançados nesse período não foram retomados, mesmo com o acionamento das contratendências, no entanto o que temos vivenciado é um aprofundamento dessa crise, defendida por Mészáros como estrutural.

Ao considerarmos o Brasil nesse processo teremos a possibilidade de aproximar as evidências que demonstram o aprofundamento da relação de dependência do país, bem como das contradições históricas do mesmo. Mas antes é importante reforçar o significado dos “anos dourados” do capital para América Latina, enquanto na Europa esse momento vigorou com o Estado de Bem-Estar Social. Em terras latinas, tem-se a instauração de sistemas de ditaduras militares, defendido por argumentos diversos, mas que podem ser resumidos ao risco do comunismo, nesse sentido, o sistema de ditaduras serviu para conter a abrangência do comunismo e concluir a tarefa de consolidação do modo de produção capitalista na América Latina, fortalecendo, sobretudo, o aspecto de dependência.

Assim, para os países da América Latina, o fim dos “anos dourados” do capital foi acompanhando pela abertura dos sistemas ditatoriais e, nesse momento de crise econômica, os países endividados teriam que buscar estratégias para lidar com o novo cenário. Para o Brasil, o fim da ditadura civil militar foi tensionado pelo retorno dos movimentos sociais à cena pública, reivindicando o fim do sistema, bem com a intervenção do Estado em políticas sociais com caráter universal. Seria algo inédito na história do país, com políticas sociais marcadas pelo caráter contributivo e, principalmente, pela filantropia, caracterizando uma ausência histórica do Estado na elaboração e manutenção de serviços no âmbito social.

A década de 1980 é um marco para as conquistas sociais no país, sintetizadas pela Carta Constitucional de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. No entanto, os reflexos econômicos da crise que eclodiu nos anos de 1970 reforçava o lugar de refém do país nesse processo. Assim, ou país rompia com todas as exigências do atual estágio do modo de produção capitalista ou se rendia efetivamente a tais exigências do capital, com acionamento das contratendências, as quais já vinham sendo consolidadas na Europa mediante desmonte do Estado de Bem-Estar Social. Para o Brasil, isso significava ir contra as conquistas sociais que compunham a recém Carta Constitucional de 1988.

Posto isto, a entrada dos anos de 1990 evidencia a adequação do país aos novos ditames do capital, exigindo a incorporação do receituário neoliberal<sup>2</sup> em suas medidas, tanto no âmbito econômico como no social, essa incorporação se deu concretamente pelos elementos que compõe o Plano Diretor da Reforma do Estado<sup>3</sup> proposto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que expressou o redirecionamento das prioridades do Estado no que se refere às políticas econômicas e sociais no país, pois influenciado pela perspectiva neoliberal, aludida no documento que ficou conhecido como Consenso de Washington<sup>4</sup>, estabeleceu uma agenda de reajustes no campo social e econômico a fim de atender aos interesses do capital.

Concordamos com Simionatto (1999, p.1) ao afirma que:

As principais diretrizes dos organismos internacionais recomendam que a Reforma do Estado seja orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, têm articulado uma "aliança tecnocrática transnacional", no sentido de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada.

Cabe destacarmos que tais medidas não passaram sem resistência da classe trabalhadora, a mesma vinha se fortalecendo desde a década de 1970, e questionava bravamente as propostas que o país estava se dispondo a implementar. Mas, com a direção do país inclinada para a efetivação das medidas neoliberais, a década de 1990 significou a redenção do país ao novo estágio do capital, sendo um período de abertura irrestrita da economia, de privatização em massa de serviços estatais (estradas, energia, telefonia etc.), de apelo e reforço da filantropia (Programa Comunidade Solidária).

Nos anos 2000, com a chegada de Lula, com o Partido dos trabalhadores (PT) na presidência, apostava-se em um novo momento para os interesses da classe trabalhadora, da possibilidade de ruptura com a agenda neoliberal. No entanto, a própria chegada de Lula à presidência foi possível mediante uma inclinação prévia às medidas neoliberais, caracterizada por um pacto. Nesse sentido, a chegada de Lula ao poder não significou uma ruptura com os interesses do capital, mas um aprofundamento das relações econômicas nacionais com as internacionais. Nessa direção Carcanholo nos apresenta os seguintes argumentos:

---

<sup>2</sup> Esta estratégia neoliberal, no Brasil, começa a ser implementada de forma mais sustentada após a eleição de Fernando Collor, que assume em 1990, mas perpassa toda a década, durante os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). (CARCANHOLO, 2010, p.09)

<sup>3</sup> O Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), e aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado, um órgão interministerial criado para esse fim. (BEHRING, 2000, p. 59 – 60)

<sup>4</sup> Foi elaborado em 1989 tendo como protagonistas nesse processo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, nesse documento constam medidas que preveem mudanças nas funções do Estado, evidenciando, sobretudo o fortalecimento de políticas macroeconômicas.

Muito se fala hoje sobre a suposta traição do governo Lula, que, depois de eleito, não teria cumprido com as esperanças de rompimento com a estratégia neoliberal e teria se resignado ante o pensamento único.

Entretanto, a economia política do governo Lula podia ser antevista já durante a campanha eleitoral. Em meados de 2002, durante a campanha presidencial, a candidatura de Lula lança a Carta ao povo brasileiro, na qual se compromete a manter todos os contratos estabelecidos na economia, sinalizando para a manutenção da política econômica nos mesmos moldes. Em agosto de 2002, o ainda governo de Fernando Henrique Cardoso assina um acordo com o FMI dando garantias de manutenção da política econômica. Esse acordo teve uma revisão em março de 2003, já no governo Lula, mantendo as garantias. A sinalização dada pela Carta ao “povo” brasileiro não poderia ser mais clara: o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical (CARCANHOLO, 2010, p. 112-113).

Assinalada a manutenção do receituário neoliberal com a chegada do PT ao poder, podemos avançar no significado desse período, no que tange à dependência do país. Considerando essa questão, é nítido o seu aprofundamento, pois entre os anos de 2002 e 2007 há um crescimento da exportação de commodities, em um cenário econômico internacional favorável, que provocou uma estabilidade mínima ao país nesse período. Ao tratar desse momento Carcanholo afirma:

A melhora das contas externas só ocorreu por uma eventualidade conjuntural dos seguintes fatores: (i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das commodities, predominantes na estrutura exportadora do país (CARCANHOLO, 2010, p. 123).

Destacamos o aprofundamento da dependência durante esse período, pois na primeira mudança da conjuntura econômica externa o país sofreu tragicamente os impactos, considerando também que só foi possível permanecer nessa relação mediante o adensamento da superexploração do trabalho. Enfatizamos isso ao considerarmos, por exemplo, o aumento do salário mínimo durante esse período, que não acompanhou o aumento da taxa de lucro possível nesses anos de estabilidade.

A partir de 2008, com mudança de conjuntura econômica externa, os anos que seguiram este período têm sido de aprofundamento da crise econômica no país, em contrapartida, houve o acionamento das contratendências na tentativa de retomar o crescimento da taxa lucro do capital. Assim, a instabilidade econômica do país provocou fissuras no pacto estabelecido durante a ascensão do PT ao poder, durante os dois mandatos de Lula tais fissuras foram sendo contidas, mas com os impactos da crise cada vez mais aparentes, o governo de Dilma teve dificuldades de se legitimar e reafirmar o pacto, que não demonstrava ser mais interessante.

Os últimos anos têm sido de intensificação constante das contrarreformas do Estado, a fim de estar cada vez mais sintonizaas as exigências neoliberais em favor do capital. Aprovações como da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por vinte anos; a contrarreforma trabalhista que impacta diretamente em questões como forma de contratação e remuneração, jornada de trabalho, entre outros elementos, e a proposta de contrarreforma da previdência, demonstram concretamente o acionamento das contratendências do capital e, para o Brasil, sendo um país de capitalismo dependente, isso significa o aprofundamento dessa relação e, principalmente, das contradições históricas do mesmo.



## REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no Governo Lula*. In: MAGALHAES, João Paulo de Almeida (Org.). **Os Anos Lula: contribuições para um balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2010.

GONÇALVES R. *Governo Lula e o nacionaldesenvolvimentismo às avessas*. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo. n. 31, p. 5-30, fev., 2012.

\_\_\_\_\_. **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: Portal: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>. Acessado em: 26 set. 2013a.

\_\_\_\_\_. **Governo Dilma - Apoteose da mediocridade: Cinco fatos e uma pergunta**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>. Acessado em: 26 set. 2013b.

Iasi, M.L. *A crise do capital a era da hipocrisia deliberada*, in: **Praia Vermelha**, Revista do PPGESS/UFRJ, Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência, 1973*. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo. Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm#r51>. Acesso em: 20 jan 2018.

SIMIONATTO, I. *Reforma do Estado e Políticas Públicas: implicações para a sociedade civil e para a profissão*.